

DE ESCRIVÁ A CASTELLANOS.

O G12 EVANGÉLICO.

O QUE É.

Preliminarmente, afirmamos que se trata de um movimento paraeclesial interdenominacional de pretensos propósitos evangelistas e avivalistas, de natureza carismática, procedente do carisma neopentecostal, de alegados objetivos missiológicos, de estruturação e consolidação da família cristã. Fundamenta-se num sistema organizacional abrangente. Recolhe “participantes” de todas as denominações, especialmente das carismáticas. Os “recolhidos” na secretíssima “sala das meditações”, na verdade, tornam-se, “depois de trabalhados emocionalmente”, afeiçoados “conscientes” e permanentes dos ENCONTROS.

Todo movimento interdenominacional é teologicamente indefinido e ideologicamente direcionado. Não há movimento sem objetivo determinado. O G12, embora se apresente com o rótulo interdenominacional, tem seu padrão doutrinário claramente estabelecido, moldado na forma da última onda do neopentecostalismo, como veremos posteriormente.

O QUE PRETENDE.

Como movimento paraeclesial, monta-se, inicialmente, no corço da indefinição para:

- a- Angariar a simpatia dos membros das igrejas estabelecidas e institucionalizadas. Até que estas se despertem e alertem seus membros, os seus agregados apaixonados e fanáticos já serão numerosos, suficientemente fortes para dividirem suas comunidades de origem em favor do “verdadeiro cristianismo” que “descobriram”.
- b- Colocar e manter no frontispício de seu templo ideológico, enquanto lhe convier e lhe for útil, os temas mais evidentes da Igreja: Família, evangelização e santificação.
- c- Tentar estabelecer, pela presença de seus “encontrantes” no interior de cada denominação, a diferença “qualitativa”, em termos carismáticos, entre os seus membros normais e os “melhorados” pelo G12.
- d- Impedir, pelo maior tempo possível, por meio do maçônico recurso do “sigilo”, a exteriorização de suas doutrinas e objetivos, dificultando a pesquisa de seu corpo ideológico, a análise independente de sua filosofia e a crítica honesta de sua confessionalidade. Não é justo, e até antiético, recolher membros das igrejas para atividades religiosas paralelas secretas, às escondidas. E não venham dizer que mantêm apenas “sigilo de atividades”, pois o “sigilo de conteúdo” é o mais cuidadosamente preservado: nada de apostila distribuída e nada de gravação e filmagem por qualquer participante. A Igreja, corpo visível de Cristo, tem de saber onde estão, o que fazem e o que aprendem os seus membros.
- e- Deslocar a obediência e a fidelidade devidas a Cristo para os líderes do G12 e para aqueles pastores que “rezam pela sua cartilha.
- f- Sustentar e divulgar as heresias do prosperismo e da “fé positiva.”

DE ONDE VEIO?

O G12 Evangélico, quanto ao sistema, à metodologia operacional e ao psicologismo, teve como antecessor o G12 de Escrivá, herdeiro do romanismo de Torquemada. Podem alegar mera coincidência, mas é inegável a procedência jesuítica da sigla, do sistema e dos métodos. No mínimo, há uso indevido do nome e do esquema

programático. Foi, realmente, o Padre espanhol *Josemaria Escrivá de Balanguer y Albas* o criador do G12, em 02 de outubro de 1928, organização por ele mesmo designada de “Opus Dei” – Obra de Deus. Havia, na pré-organização, treze clérigos, todos com votos declarados e sacramentados pelo romanismo, de obediência, castidade e pobreza. Um deles, porém, renegou os referidos votos, contraindo matrimônio. Com os doze (12) comparsas fiéis e submissos, formou e estruturou o G12, que o comparava, ousadamente, com Cristo e seus apóstolos, em que ocupava o lugar do Filho de Deus. A finalidade era recrutar leigos proeminentes dos vários setores sociais e, nos pré-encontros, trabalhar neles a “filosofia do sigilo”, a mais poderosa arma do jesuitismo, até ter a certeza da “fidelidade absoluta”. Os recrutados, sendo pessoas do mundo leigo, poderiam perguntar sobre que tipo de segredo havia no Encontro. A resposta orientada ou induzida deveria ser: não há segredo nenhum. Mantemos sigilo apenas para provocar a curiosidade. A principal recomendação dos recrutadores era: quanto mais despertarem a curiosidade a respeito da Opus Dei, mais divulgarão sua obra. Com o interesse de ajudar a propagação e o crescimento do G12, mantendo sigilo, os leigos estariam “matando dois coelhos com uma paulada só”: divulgando a Opus Dei e não revelando a sua nefasta “obra secreta”. As manifestações externas mais divulgadas e difundidas, filhas prediletas do G12 da Opus Dei de Escrivá, foram e são “*Os cursilhos da Cristandade*”, especialmente os que “trabalhavam” os casais, retirados de seus filhos e demais parentes e levados para lugares por eles completamente ignorados. A quebra de vínculos familiares implicava o rompimento das raízes tribais e o conseqüente comprometimento com o clero engajado na Opus Dei, a quem deveriam devotar irrestrito amor, respeito, obediência e submissão. O primeiro cursilho, organizado em sua própria casa, recebeu a sigla ou senha: DyA que, para os não iniciados do mundo externo, deveria significar “*Direito e Arquitetura*”, mas, para os iniciados, os cursilhistas, o significado era: “*Deus e Audácia*”.

A Opus Dei, filha do G12, dominou a política espanhola por muitos e tenebrosos anos, sendo, inclusive, uma das mãos políticas do ditador, Generalíssimo Franco.

Via Colômbia. Da Europa Latina a Opus Dei passou à América Latina, aportando-se na fragilíssima e, por isso mesmo, catolicíssima Colômbia, onde encontrou campo fértil. Dominou todo clero e penetrou fundo no mundo leigo. Da terra dos bionarcóticos espalhou-se para os demais países sul-americanos, encontrando no Brasil os braços abertos de um romanismo amancebado com a política, o animismo nativo, as superstições lusitanas e a iconolatria dos cultos africanos. Em nossa pátria, mais do romanismo que nossa, por meio de tão amplas, ecléticas e influentes parcerias, a Opus Dei, pelos seus tentáculos externos, *Os Cursilhos da Cristandade*, o *G12 em operação*, cooptou para o seu hermético redil o “melhor” de nossa sociedade: a elite do comércio, da indústria, da política e da intelectualidade.

Na mesma Colômbia, ninho migratório da Opus Dei, nasceu o “G12 “Evangélico”, um casamento misto do método Cursilhista do padre Escrivá com a mística da “Igreja em Células” do avivalismo protestante Sul-coreano de Paul Yongii Cho. Concebeu-o o carismático neopentecostal *César Castellanos Dominguez* que, à semelhança do genitor da Opus Dei, codificou sua “descoberta espiritual” num livro: *Sonha e Ganharás o Mundo*.

O CRISTO DA OPUS DEI

A Opus Dei, o G12 de Escrivá, surgiu numa época em que o romanismo espanhol e mundial precisava ressuscitar Loyola, pois o cristocentrismo protestante firmava-se e predominava nas sociedades emergentes do industrialismo e da tecnologia, enquanto o mariocentrismo vaticanista, que sempre contou com a proteção e o apoio dos cofres, da

espada e da coroa, perdia fôlego e recuava para os domínios ditatoriais de cultura Ítalo-latina. Necessário se tornava ao catolicismo, moral e religiosamente decadente, reassumir seu poder hegemônico. Um dos meios seria a rotulação, isto é, usar no rótulo de sua liturgia e de sua catequese o cristocentrismo protestante, mantendo, porém, intacto, e ainda fortalecido, o mariocentrismo, especialmente no coração das massas pobres e incultas. Na mente dos ricos socializados e dos intelectuais imprimir-se-ia um Cristo vulgar, sem realza, imerecedor de reverência. Das entranhas do cursilhismo emergiram tratamentos desrespeitosos a Jesus Cristo que, imediatamente, caíram na boca da juventude cursilhizada e dela passaram para os arraiais evangélicos dominados pelo misticismo e doutrinados nos acampamentos paraeclesiais. Uma das exigências do cursilho era a de que todos os participantes se igualassem e se tratassem pelo pronome “você”. Considerando que Cristo estava no meio deles, sendo um “irmão” entre irmãos, em tudo igualado a eles, deveria ser também tratado por “você” com toda a intimidade existente entre parceiros e amigos. Sobre essa questão assim se pronuncia Anibal Pereira dos Reis em seu livro *“Os Cursilhos de Críandade por Dentro”*, pág. 77, Ed. De 1973: *“No tríduo cursilhista todos se tratam por você. Explicam os dirigentes: “Somos todos iguais; aqui inexistem os desnivelamentos. A Cristo também se trata de você, porque ele é nosso irmão”. Só aos padres se chama de Senhor. E ao bispo, excelência”*. Ao padre e ao bispo, tratamento respeitoso. A todo clero, reverência e respeito. A Cristo, não; e isso de propósito, para manter a “suprema autoridade” dos sacerdotes à custa da de Jesus Cristo, o verdadeiro Rei, merecedor do mais profundo respeito por parte de seus servos(douloi). Mas o Dr. Aníbal continua: *“Dizia um clérigo naquele 26º Cursilho: “Jesus virou sabor limão para ser mais facilmente consumido, mesmo fora das igrejas”*. Com a imagem do “Cristo vulgar na cabeça, os cursilhistas passaram a dirigir-se a ele de maneira desrespeitosa: Meu chapa, o JC; Amigão; Deusinho nosso. Nas orações usavam frases como: “Tô na tua”; “Eu te curto”; “Entra na minha”; “Tu és um cara legal”; “Um chapa super-pra-frente”; “Gente papo firme”; “Estou na tua, mora”. Roberto Carlos e Antônio Marcos, engajados numa elite cursilhizada, lançam, respectivamente, “Jesus Cristo” e o “Homem de Nazaré”(“Oração) em linguagem “intimista”. Foi da garganta da Opus Dei, viciada na filosofia jesuítica de que “os meios justificam os fins”, que saíram os primeiros “slogans” de popularização do venerando Filho de Deus: “Eu amo Jesus”; “Jesus te ama”; “Sorria, Jesus o ama”. Mas o Jesus da Opus Dei, tratado irreverentemente, não é o venerável Rei dos reis, o soberano Senhor, mas “o bom camarada” comunizado, parceiro compromissado de todos os “revolucionários sociais carnalizados a serviço de uma religião preocupada muito mais com a adesão que com a santificação. A Opus Dei pelos cursilhos criou a Jesusmania, mas com a “cautela” de preservar a “dignidade” de “Sua Santidade, o Papa” e a intocabilidade da reverência a Maria. Foi uma platéia cursilhizada que, por ocasião da primeira visita de João Paulo II ao Brasil, numa cidade do Sul, aclamou-o seu Cristo: *“É isto, é isto, é isto: o Papa é nosso Cristo!”*. Enquanto se induzia o povo a chamar o Papa de Cristo, levavam-se os cursilhizados a apelidar o Rei dos reis de “chapa”, de “chefão”.

A liturgia dos cursilhos era a mais lúdica, a mais hilária e a mais descontraída possível para que a “religião” se tornasse um prazer e a submissão ao clero uma satisfação. Enquanto isso, o sigilo mantinha a intocabilidade do ensino e a emoção não permitia a clara racionalidade dos participantes. A crítica, portanto, filha da democracia, ficava eliminada. O sigilo serve também, quando conveniente, tanto ao G12 de Escrivá quanto ao de Castellanos, para manter a clandestinidade.

O Cristo do G12 evangélico é também popular e esvaziado de poder regenerador, gerenciador de seu rebanho e perdoador; um Salvador conforme o modelo arminiano, que

salva os “esforçados”, os que “buscam” a salvação, os que lutam para “merecê-la”; jamais o Cristo da graça, o soberano Redentor. O cursilhizado no G12 evangélico torna-se um “supercrente”, capaz de “decidir” o seu destino espiritual e “exigir” de Deus as bênçãos às quais faz jus por “santidade” e por sua “herança” filial. Voltaremos, posteriormente, ao assunto. A semelhança é inegável.

CRITICISMO DE ESCRIVÁ.

Em 1934, Escrivá fez publicar um manual ético e programático de sua Opus Dei com o título “Considerações Espirituais”. As reedições posteriores, a partir de 1939, saíram com o nome de “Caminho”, redigido em forma de máximas, mais de cunho moral que doutrinário. Nessa obra fica clara a intenção do autor de popularizar e vulgarizar o nome de Jesus, preservando, porém, o de Maria e o do clero: esses devem ser reverenciados, não usados frívola, irrefletida e levianamente. Cair no lugar comum, sabia Escrivá, é perder o direito à devida honra, à tributação da reverência, à genuflexão pia e respeitosa; o que podia acontecer com o Messias, mas não com a “Virgem Santíssima” e com o “sacerdócio eminentíssimo” da Santa Sé. Ele mantém um criticismo de aparência para encobrir o marianismo de fato. Além do mais, o *Caminho* é repetitivo nas ordenanças do sigilo e da submissão às autoridades clericais. Eis alguns artigos, para efeito ilustrativo, da referida obra:

Artigo 2: *“Oxalá fossem tais teu aprumo e tua conversão, que todos pudessem dizer quando te vissem ou te ouvissem falar: “Este lê a vida de Jesus Cristo”.*

Cristo aqui é visto mais como o “camarada” que deve ser imitado que como o Verbo de Deus que precisa ser ouvido. Conversão, no texto, é sinônimo de imitação.

Artigo 25: *“Não discutais. Da discussão não costuma sair a luz, porque é apagada pela paixão”.*

Para o senhor Escrivá, a luz penetra apenas nos passivos, nos docilmente receptivos. Esses são os tipos ideais de seus cursilhistas; e os que não são, tornar-se-ão por lavagem cerebral nas terapias grupais induzidas e conduzidas.

Artigo 30: *“És calculista. Não me diga que és jovem. A juventude dá tudo quanto pode; dá-se a si mesma sem medida”.*

No conceito casuístico do clero cursilhista, jovem é o que se entrega sem medida, o que se deixa levar; e como o levam! Vejam, pelos artigos transcritos abaixo, como o G12 jesuítico recrimina e repele a pesquisa, a perquirição, a liberdade de questionar e criticar:

Artigo 48: *“Pouco rijo é o teu caráter; que mania de te meteres em tudo! – Obstinaste-te em ser sal de todos os pratos... e – não te zangues se te falo claramente – tens pouca graça para sal; não te atrevas e desfazer-te e a passar inadvertido à vista, como esse condimento. Falta-te espírito de sacrifício. E sobeja-te espírito de curiosidade e de exibição”.*

Artigo 49: *“Cala-te. Não sejas “meninão”, caricatura de criança, bisbilhoteiro, intriguista, linguarudo. Com tuas histórias e mexericos esfriaste a caridade – má língua os muros fortes da perseverança de outros, a tua perseverança deixa de ser graça de Deus, porque é instrumento traiçoeiro do inimigo”.*

Artigo 50: *“És curioso e bisbilhoteiro, metediço e enxerido. Não tens vergonha de ser, até nos defeitos, tão pouco masculino? Sê homem. – E esses desejos de saber da vida dos outros, troca-os por desejos e realidades de conhecimento próprio”.*

Artigo 53: *“Esse espírito crítico(concedo-te que não é murmuração), não o deves exercitar no teu apostolado, nem com teus irmãos. – Esse espírito crítico é, para o vosso empreendimento sobrenatural(me perdoas que o diga?) um grande estorvo, porque, enquanto examinas – embora com elevada finalidade – o trabalho dos outros, sem teres*

nada que examinar, não fazes nenhuma obra positiva, e entravas, com teu exemplo de passividade, o bom andamento de todos”.

“Que quer dizer que... “-perguntas inquieto” “ – ...esse espírito crítico, que é como que a substância do meu caráter?...”.

Olha, vou te tranqüilizar: pega uma caneta, anota ao superior, e não penses mais nada. – Ele, que é quem vos dirige e tem graça de estado, arquivará a nota... ou a jogará no cesto de papéis. – Para ti, como o teu espírito crítico não é murmuração, e só o exercitar para fins elevados, tanto faz.”

O G12 romano trata o pesquisador dos fatos emergentes, o indagador das realidades sociais e o garimpeiro das verdades doutrinárias de mexeriqueiro, bisbilhoteiro, intriguista, metedeço, enxerido e linguarudo. Nada de indagação, nada de curiosidade. O cursilista é condicionado à passividade, a tornar-se como um cadáver nas mãos dos superiores eclesiásticos. Assim, fecham-se as bocas e abrem-se os ouvidos; anula-se a mente e dilata-se a memória; esvazia-se a cabeça de todas as interrogações e enche-a de afirmações dogmáticas “indiscutíveis” e “inquestionáveis”; e então o “gedozista” sai do “tríduo” remodelado, verdadeira “caricatura” de crente, imagem e semelhança de seus modelos, mas fanaticamente convicto de ter tido real “encontro com Cristo”.

Sigilo, arma da Opus Dei e alma do Cursilho. Todo o empenho de eliminar o “espírito crítico” do cursilhando visa criar nele as condições mentais e psíquicas à submissão “consciente” aos seus “guias espirituais” e predispo-lo à aceitação dos ensinamentos e ordenanças constantes do esquema programático do tríduo de Escrivá. Atentem bem para o Artigo 58(1): *“Olha, meu filho. Sê um pouco menos ingênuo(ainda que sejas muito criança, e mesmo por o seres diante de Deus) e não “ponhas na berlinda, diante de estranhos, os teus irmãos.”* Pegar os negativos dos cursilhantes e dos cursilhados, revelá-los e expô-los ao juízo público, colocá-los na “berlinda” para que não atuem na clandestinidade ou sob disfarce é, na opinião do pai da Opus Dei, “ingenuidade”, “meninice”. Para ele, maturidade é a capacidade de ocultar-se e ocultar intenções e propósitos, ou seja, ser hipócrita. Quanto mais secreto o Cursilho, mais livremente atuante, menos oposição dos contrários. Não se opõe ao que se desconhece.

O G12 EVANGLÉLICO.

O G12 evangélico é herdeiro de dois líderes religiosos opostos entre si, mas ambos com metodologias catequéticas bem sucedidas: o padre espanhol, Escrivá, de que já falamos, e o pastor sul-coreano Paul Yonggi Cho da *“Igreja do Evangelho Pleno”*, convertida em *“Igreja em Células,”* por ele criada e internacionalizada. Josemaria Escrivá e Yonggi Cho “descobriram” que “grupos” familiares eram o melhor modelo para consolidar-se a Igreja e expandi-la sólida e rapidamente. As células planejadas e executadas por Cho constituíam-se de dez fiéis, reunidas em grupos de cinco. Cada célula era comandada por um líder celular. O conjunto de cinco ficava sob o comando de um supervisor. Castellanos começou trabalhando com o “projeto de Cho” em 1983, implantado em seu “ministério”, a “Missão Carismática Internacional.” O modelo Cho não funcionou como esperava Castellanos. Então, inspirando-se, certamente, no modelo de Escrivá, implantou o G12, aproximadamente em 1991/92. O crescimento foi rápido, ultrapassando, em tempo recorde, as fronteiras da conturbada Colômbia.

Do *modelo Cho*, Castellanos retirou a “célula”, embasada na família e liderada por um líder subordinado ao supervisor e ao chefe geral.

Do *modelo Escrivá*, o G12 romano, aproveitou:

a- O sigilo rigoroso de programação e de conteúdo.

b- A concentração de atividades, para não permitir reflexão ou desvio de atenção, isto é, fuga mental do “esquematizado” no hermético Encontro.

c- O psicologismo pelo qual se faz a “conquista” do encontrista ou, em outras palavras, sua lavagem cerebral.

d- A triagem e o preparo da clientela pelos pré-encontros.

e- A implantação da idéia de que nada existe melhor que o “Encontro”: a Igreja não é capaz de, pelas atividades comunitárias, fazer igual. Tal idéia é “plantada” no encontrista e, por meio dele, implantada na Igreja institucional de que “fazia” parte. Depois de catequizado no G12 de Castellanos, o “gedozista” passa a renegar a Igreja comunitária tradicional como ineficiente, desatualizada, apática e descompromissada com a evangelização. Uma vez gedozista, gedozista sempre.

As semelhanças(ou heranças) vão além: O G12 evangélico de Castellanos, exatamente como o G12 romano de Escrivá e o modelo celular de agrupamento de Cho, fundamenta seu “sistema” bem sucedido em três pilares:

1- O **paraeclesiasticismo**: retirada dos membros de suas comunidades para que, no “aprisco” do G12, sejam “redoutrinadas” e “redirecionadas” ministerialmente. Fica mais fácil “trabalhar” a cabeça do “gedozista”, retirando-o de sua comunidade em que, durante anos, fixou raízes; separando-o de sua família na qual tem vínculos afetivos, sociais e religiosos profundos; afastando-o da liderança pastoral de sua grei pelo qual vinha sendo orientado e doutrinado efetivamente. É a técnica do leão: espreitar, selecionar a vítima, isolá-la do grupo e, finalmente, abatê-la. Ao retornarem ao rebanho original, portando uma “nova” visão de igreja, de santificação e de evangelismo, duas coisas podem acontecer-lhes: a- revelarem-se desajustados e, portanto, apáticos e descontentes ou b- tornarem-se “reformistas” e “proselitistas” em sua denominação. Hoje, os ministérios regentes e docentes da Igreja devem acautelarem-se contra todos os “movimentos” interdenominacionais, especialmente os que operam nos campos formativos e informativos. A santidade dos “santos” paraeclesiásticos avalia-se pelo grau de emotividade e de sentimentalidade, enquanto a do membro comunitário afere-se pela vivência diuturna, sistemática, testemunhal e permanente na Igreja, corpo inclusivo de todos os irmãos: solteiros, viúvos e casados.

2- O **sigilo**: O sigilo servia ao G12 católico(Opus Dei) e serve ao “evangélico” para a consecução dos seguintes objetivos:

a- Provocar a curiosidade e despertar a vontade de conhecer o “desconhecido”. Dizem os “gedozistas” que não há nada a esconder-se. Se não, a organização, que se diz cristã, já parte da mentira e do engodo, o que revela desonestidade injustificável.

b- Ocultar das lideranças eclesiais os verdadeiros objetivos do “Encontro Tremendo”, como o chamam. É difícil, se não impossível, um estranho ou líder de outra denominação ou movimento fazer suas ideologias penetrar o corpo de uma igreja bem estabelecida. Possível, no entanto, lhe será fazê-lo por meio de elementos recrutados, “preparados” e “condicionados”, consciente ou inconscientemente, e “recolocados” no coração da comunidade como “ministro”. É o procedimento “gedozista”.

c- Narcotizar os participantes para serem apenas ouvintes receptadores das palestras, seminários e estudos, não questionando, à luz de sua formação doutrinária, as afirmações ouvidas.

d- Não lhes entregar nenhum documento escrito, gravado ou filmado, para que não caíam nas mãos de “curiosos” e “contestadores inconvenientes”. Tudo fica sob rigorosa proteção do sigilo.

e- Manter o “segredo da maçonaria carismática”, com seu “bode” oculto, para “proteção” do sistema e de suas ideologias. Todo encontrista tem de assinar o seguinte compromisso:

“Eu me comprometo a não mencionar nada do que aconteceu no Encontro. Terei a responsabilidade de incentivar outros a fazerem o Encontro e a experimentar como o “Encontro é tremendo” (Manual do Encontro, pág. 99).

Presbíteros e pastores, acautelem-se contra tudo que, no campo doutrinário e eclesiológico, aparecer com os disfarces do sigilo e do interdenominacionalismo.

3- O **tríduo**: A concentração de intensas informações, palestras, meditações, orações, reflexões individuais e coletivas, reuniões litúrgicas com muitos cânticos “apropriados”, horários rígidos, monitoramento implacável, momentos de emocionalização, “surpresas” de ordem conjugal, declarações “inesperadas” de amor, confissões de pecados, regressões psíquicas, “separações” de cônjuges para auto-avaliação, isolamentos sociais(tudo em curtíssimo tempo), contribuem para a irracionalização, por um lado, e intensíssima emoção, por outro, dando ao participante a sensação de um “antes” ruim, um “durante” angélico”, indescritível, e um “depois” restaurado, maravilhoso. O **tríduo** é apropriado às técnicas de emocionalização; esta leva ao condicionamento, à submissão passiva; resultando, finalmente, na “lavagem cerebral” ou “reconversão” do “paciente”. Quem cai no “encontro secreto” pode desencontrar-se, e sem perceber, apassivar-se. O cérebro que se habitua a somente receber, perde a capacidade de ação e reação. O emocional, o lúdico, o prazeroso, o apelativo ao imediato, são excelentes “iscas” para atrair e prender os latinos, “quentes” e emotivos por natureza e cultura; muitos necessitados e abandonados por governos ditatoriais e ruins.

A Igreja dividida em células torna-se um aglomerado de igrejinhas comunitariamente inconsistentes, doutrinariamente fragilizadas e facilmente manipuláveis.

A correlação entre o G12 evangélico e o G12 de Escrivá é mais estreita do que a existente entre o sistema gedozista do pastor colombiano e a Igreja em células de Yonggi Cho; com um agravante para o “Encontro Tremendo” de Castellanos: a sua pretensão de enfraquecer e até liquidar as igrejas institucionais, que decidem todas as questões internas em grandes assembléias. O “projeto” G2 firma-se exclusivamente em um líder, que resolve todas as pendências e toma individualmente quaisquer decisões sem nenhuma consulta coletiva.

ENCONTRO DE FAMÍLIAS – ESTRATÉGIA.

Família, um dos alvos do Encontro. O criador e os mantenedores do “gedozismo” sabem que a manipulação e o controle da sociedade devem começar pela base, a família; e nessa, pelo binômio central: marido e mulher. O G12 de Escrivá e o de Castellanos usam os “encontros familiares” como estratégia de conquista. Tendo em mãos, no conjunto, as mais influentes famílias da Igreja, sobre a mesma dominarão pela influência, pelo cisma ou pelo domínio. Desse modo, quer por debilitação quer por dominação, a instituição eclesial será vítima por suposta “vontade própria” e até prazerosamente, como o aracnídeo que se deixa devorar pela fêmea que lhe deu prazer momentâneo.

Embora o casal humano, “imagem e semelhança de Deus”, seja a semente do organismo social, seu ponto de origem, seu apoio e sua alavanca, e a Igreja não foge à regra, está passando por inomináveis desafios e crises: Liberação social, econômica e sexual da mulher; autoridade doméstica bipolarizada; competição igualitária dos sexos no mercado de trabalho; independência financeira da esposa; apelo da mídia e da sociedade à sexualidade feminina, despertando no antigo sexo reprimido a ânsia de prazer orgástico, de satisfação coital; a exigência de melhor “desempenho” do parceiro em termos de carícias libidinosas e de relação em si, para que a consorte lhe compartilhe a efusão gozosa. A realização feminina no ato de amor é tão propagada e tão intensamente sonhada e desejada pela maioria das mulheres que, hoje, a quantidade de esposas “mal amadas” é incalculável. As frágeis, especialmente as não cristãs, trocam de parceiros frequentemente, e algumas, depois de velhas, declaram ter encontrado, finalmente, o prazer nas “fantasias sexuais” com homens mais jovens e liberalizados. Tudo isso, mais os choques das individualidades, das idiosincrasias de cada um, da facilidade, à vista, do divórcio, das dificuldades de geração, criação e educação de filhos, da fragilidade da Igreja em cuidar adequadamente dos seus lares constitutivos, geram problemas sem precedentes nos casamentos modernos. Aí, à margem das igrejas estabelecidas, aparecem as “Pastorais da Família”; os “Cursos para Cônjuges”, os “Encontros de Casais”, especialmente os de “programação secreta” como o G12. O paraeclesiasmismo, utilizando e manipulando a família em crise, está minando a Igreja de maneira séria e gravíssima. A carência feminina e a instabilidade masculina são pontos frágeis, que podem levar a desajustes conjugais, a desejos contidos, a complexos explícitos ou ocultos, a frustrações veladas e reprimidas; quadro que expõe o cônjuge à manipulação psíquica de “líderes” inescrupulosos. Transmutar o complexo de inferioridade em superioridade, usando recursos promissivos por vias emocionais e apelativos não é incomum nas “terapias coletivas” exploradoras da esperança e da credibilidade espiritual dos “pacientes”. Aos derrotados ideal, moral e psicologicamente, aos que buscaram prazer e encontraram a dor; a esses, a oferta da “felicidade”, da paz, da “conquista” do paraíso celeste é irresistível. A busca do bem imediato é a ânsia da maioria. Almeja-se a glória, renegando-se a cruz; busca-se o benefício pessoal, rejeitando-se a renúncia do “ego”; toma-se a estrada da vida, descartando-se o Calvário de cada dia; procura-se a bênção, fugindo-se da servidão e do sacrifício implícitos no caminhar cristão. Esse é o cristianismo prosperista do G12.

Igreja, Encontro de Famílias.

A fraqueza comunitária do romanismo, agravada com o relaxamento moral, justifica os seus “Cursos para Casais” e suas “Instruções Pré-matrimoniais”. A Igreja protestante, no entanto, é comunitariamente forte, eticamente consistente e doutrinariamente sólida. Nossos rapazes e nossas moças, desde o “Rol do Berço”, aprendem os princípios morais estatuídos nas Escrituras: Respeito aos pais; fidelidade ao

cônjuge; indissolubilidade do matrimônio; amor conjugal; respeito ao direito do outro; sexo somente no casamento; testemunho cristão no lar e no mundo. Nossos filhos recebem educação religiosa na família e na Igreja. Transmitem-se-lhes, vivencial e oralmente, o objetivo compartilhamento do casal em todas as atividades domésticas. Os pais evangélicos procuram viver uma vida moral sã diante dos filhos. Aos nossos filhos ensinamos que: Cristo coabita com seus servos; Deus dirige a vida de todos os seus redimidos; a moralidade e a espiritualidade são fundamentais na constituição e perpetuação da família. Alguns, que não nos conhecem, divulgam que: os rapazes protestantes, em virtude da repressão, tornam-se inabilitados sexualmente; as moças, também muito reprimidas, casam-se despreparadas e, em decorrência, são mulheres frustradas e socialmente inibidas. Sobre essas questões, observemos o seguinte:

a- À luz da nova sexualidade feminina, especialmente a veiculada pelo feminismo, as nossas ancestrais são julgadas e, por esse julgamento “a posteriori”, classificadas de sexualmente irrealizadas e infelizes, mas foram elas as protagonistas do romantismo; as que receberam flores e serenatas; foram exaltadas em prosa e verso, admiradas por seus maridos; mães de gerações admiráveis e maravilhosas; modelos de dignidade e honra para os pósteros. E as “felizes” de hoje, liberadas sexual e socialmente, são, porventura, realizadas? Estão criando uma geração melhor que as anteriores? Estão realmente satisfeitas conjugalmente? Satisfazem realmente seus maridos?

b- O sexo é um componente, importante, é verdade, mas não o único nem o principal na constituição da unidade conjugal: o companheirismo, o respeito mútuo, o amor recíproco, a responsabilidade pactual, os compromissos de ambos na criação e educação dos filhos, são fatores solidificantes absolutamente indispensáveis no estabelecimento e perpetuação do casamento. O dever precisa ter prioridade sobre o prazer.

c- Muitos preletores de “encontros de casais” falam da união social dos cônjuges a partir da união sexual, colocando o sexo no centro e como cerne da vida conjugal e moral, revivendo os conceitos de Freud sobre a centralidade da libido na formação do homem. Para o cristão, no entanto, o maior e mais profundo dos prazeres, o que deve ser cultivado, é o espiritual. O sexual, legítimo, quando nos seus limites, praticado segundo a ordem natural e as normas bíblicas, não há de superar nem eliminar o espiritual. O ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, compõe-se de matéria e espírito e, portanto, expressa-se, de maneira equilibrada, com predominância do espiritual sobre o sensorial, do pneumático sobre o somático. O sexo é natural, instintivo, compulsivo e impulsivo; não precisa ser ensinado. Quem o ensinou aos animais? A libido potencial interna sempre aflorou por ação hormonal mediante estímulos externos de simpatia e sedução, faculdades inatas dos sexos opostos para se atraírem e coabitarem. Na verdade, os seres animais não se coabitam por racionalidade ou por prazer, mas por atração irresistível e seletiva, cumprindo a lei biológica da reprodução e da perpetuação da espécie. O homem fez do sexo fonte de prazer, instrumento de diversão e meio de renda. Sendo um ato natural, espontâneo, realização do impulso reprodutivo, quando submetido às habilitações e às técnicas conubiais eróticas, deprava-se e mais distante fica dos propósitos originais, estabelecidos pelo Criador na criação e na instituição do casamento. Os conflitos sexuais modernos são maiores e de consequências mais graves que os atribuídos aos nossos antepassados. O prazer maior de nossas mães era a maternidade; o prazer maior da mulher moderna é a sexualidade.

O crente, formado em uma comunidade calvinista, não precisa da doutrinação conjugal, teológica e missionária do G12: as de sua Igreja são mais consistentes e mais fundamentadas nas Sagradas Escrituras, segundo os parâmetros reformados. Os

ministérios docente e regente devem estar atentos à penetração, na Igreja, de ideologias incompatíveis com a nossa fé bíblica e reformada.

A Igreja é, por natureza, uma comunhão de famílias, e deve ser o ambiente adequado e propício ao “encontro de casais”, quer por necessidades didáticas quer por motivações sociais. Encontro de casais fora do universo familiar da comunidade eclesial, quando promovido por estranhos à Igreja, merece reservas por parte do ministério liderante. Diz-nos o adágio popular: *“cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.”* Os modismos paraeclesiais não ajudam o fortalecimento da Igreja. Lembrem-se da onda de acampamentos interdenominacionais para a juventude? O mal que causaram às igrejas estabelecidas, especialmente as reformadas, tolerantes por formação, foi incalculável e irrecuperável.

OS QUE PRECISAM, NÃO RECEBEM.

O G12 evangélico, à semelhança de seu predecessor, o G12 católico, coopta nas igrejas, prioritariamente, as mais influentes famílias, especialmente em termos sociais, morais e aquisitivos, sob a pressuposição de “santificá-las” por meio da “terapia regressiva”, “melhorá-las” sentimentalmente, torná-las mais “apaixonadas” por Cristo, “conjugalmente realizadas”, mais “comprometidas” com a “missão”, especialmente a do “Encontro”. Alguns “encontristas” já me disseram: *“O que o Encontro faz, a Igreja não é capaz de fazer”*. O conceito da “insubstituidade” da obra do “Encontro” fica arraigado no coração e na mente dos participantes, o que já é o primeiro passo para “substituição” da união comunitária de sua Igreja pela do G12. E não me digam que isso é pressuposição, pois, efetivamente já está ocorrendo, e com famílias bem constituídas e até então firmes em suas comunidades eclesiais.

As famílias pobres, faveladas, humildes, vítimas de todos os conflitos imagináveis, incluindo os conjugais: pois, muitas delas, constituídas na base do “ajuntamento”, do concubinato, e isso por falta de recursos financeiros para o casamento ou por deficiências morais e despreparo social, ficam, por si mesmas e pelas contingências, excluídas. Essas famílias, verdadeiramente carentes social, religiosa e espiritualmente, não é o público preferido – público alvo – do G12; não atende plenamente aos seus “objetivos”. Na verdade, o tal “Encontro” não passa de “encontro” dos que menos precisam dele. São capitaneados para o “Encontro Tremendo” aqueles dos quais o G12 mais necessita para sua “estratégia missionária”: espalhar-se no organismo eclesial por meio de “células” doutrinariamente cancerosas.

IMPLANTAÇÃO E FIXAÇÃO.

O G12 inicia-se com um “inocente” “encontro”, algo que “pretende” agir como “apoio” das igrejas, “cooperar” com elas, “entusiasmar” seus membros, “evangelizar” para elas. Conseguindo a “simpatia” de pastores e a adesão dos membros mais proeminentes das várias denominações, o G12 implanta-se, fixa-se, adquire sede, monta esquema definitivo, divulga endereço e telefone, institucionaliza-se. Embora os encontros continuem em “lugares surpresa” e sob sigilo, o seu QG torna-se bem localizado e definido. Nessa fase, o “estrago” nas denominações, especialmente as históricas, já se realizou irreversivelmente, e o G12 impôs-se como “Igreja celular”, firmada em caudilhos carismáticos.

O ENSINO DO G12.

Antes de especificarmos e detalhar o “ensino do G12, firmemos nossos postulados doutrinários. As igrejas tradicionais, especialmente as de fundamentação reformada, não

podem permitir a “gedozização” de seus membros em virtude de seus princípios doutrinários, que resumiremos nos seguintes postulados:

01- **Deus é soberano absoluto:** imutável em seu ser, vontade, propósitos, palavras e atos.

02- **Deus é auto-suficiente:** não depende em nada de sua criação e das suas criaturas.

03- **A queda derrubou a humanidade inteira:** aprovou a Deus salvá-la e recriá-la por meio de um remanescente eternamente eleito em seu Filho Jesus.

04- **A salvação dos eleitos:** Os eleitos são chamados pela Palavra de Deus instrumentalizada pelo Espírito e salvos pelo o Eleito dos eleitos, nosso Senhor Jesus Cristo.

05- **Salvação graciosa:** A salvação, pressuposta na eleição, é ato da livre graça de Deus e, portanto, incondicional; nada existe no homem e por meio dele, que o leve a merecer ou conquistar a vida eterna.

06- **Fé salvadora:** O instrumento pelo qual Deus opera no homem a conversão e a santificação é a fé salvadora, um dom da graça: não procede do pecador; vem de Deus.

07- **O chamado do eleito:** O eleito é irrecusavelmente chamado, pois a graça é irresistível.

08- **Os salvos perseveram:** Deus, por sua imensurável misericórdia, não permite que o salvo se perca. O regenerado jamais voltará ao estado de velha criatura; do redimido nunca se retirará a redenção.

09- **Regenerado: pecados esquecidos.** Dos pecados anteriores Deus não se lembrará. A partir do ato regenerador, o redimido passa a ser nova criatura, nada lhe restando da irregenerada vida pregressa.

10- **Pecado perdoado: pecado sepultado, esquecido:** Deus não se arrepende do perdão concedido; dos pecados perdoados não mais se lembra.

11- **Pecados expiados:** Nossos pecados são expiados em Cristo, o Cordeiro vicário. A graça do perdão não se opera fora e à margem do Filho de Deus.

12- **Pecador, mas justificado.** A semente do pecado, ou “pecado original”, permanece no redimido; porém, Deus não lhe permite a queda, pois o mantém sob controle e preservação do Espírito Santo, que nele habita. Pecador sim, mas pecador escolhido, justificado, regenerado e salvo por Deus.

13- **A incondicionalidade da salvação:** A graça pressupõe a incondicionalidade do perdão: o homem nada pode fazer de si mesmo para eliminar de seu ser a malignidade do pecado; somente a misericórdia divina é capaz de “purificar” o eleito chamado, salvo e regenerado.

14- **A Palavra de Deus:** As Escrituras são nossa única regra de fé e norma de conduta: fora delas não existe revelação verdadeira; contra elas não há condutas retas.

15- **Espírito Santo:** Ele é o único intérprete das Escrituras: ilumina-as para o entendimento dos escolhidos; interpreta-as corretamente; aplica-as ao pecador, fazendo-as convencê-los do pecado, da justiça e do juízo.

Diante de tais primados, o ensinamento do G12 se nos apresenta anti-reformado e inconveniente à nossa gente, pois aurido de fontes neopentecostais teologicamente duvidosas; procedente de supostas “revelações” ao senhor César Castellanos. Focalizemos agora as doutrinas práticas do G12:

01- TERAPIA DO EXTRAVASAMENTO.

Ao *encontrante*, depois de uma sessão emocionalizante, que reduz o participante a um estado emocional e espiritualmente tenso, “convencido” de sua deprimente condição

de pecador impenitente, dá-se-lhe a oportunidade de extravasamento, quando se lhe recomenda *chorar, gritar e urrar* sem receios e sem quaisquer preocupações com censuras e críticas. Esse “choque” psicoterápico de natureza catártica, no contexto de “encontro espiritual”, ajuda “eliminar”, entendem, os sentimentos de remorso pelos erros do passado.

A psicologia utiliza-se de tais processos, porque trabalha com sentimento de culpa e com frustrações complexantes reprimidas. Porém, aplicar métodos psíquicos no “tratamento” de pecadores, com a intenção de eliminar-lhes os pecados em “sessão religiosa”, é inconcebível a um reformado consciente. Somente Deus, ninguém mais, pode perdoar pecados, e ele o faz por expiação e completamente, jamais por meios psicológicos. O pecado não se acumula no inconsciente na forma de recalques nem se expressa por meio de complexos; ele é transgressão da lei de Deus e somente o perdão do próprio Deus é capaz de eliminá-lo. “*Consciência de pecado*” não se assemelha à “*consciência de culpa*”. O fato espiritual e o fato psíquico, embora correlacionados, são focalizados separadamente pelo teólogo e pelo psicólogo. O pecado é infidelidade a Deus; o sentimento de culpa origina-se numa falha moral ou num fracasso pessoal – ideal não realizado.

02- MUNDO NATURAL: PROJEÇÃO DO SOBRENATURAL.

O G12 ensina que o homem é um sonhador no sentido literal. Ele sonha, porque o sonho é uma forma de contato com o mundo sobrenatural. Todos os fenômenos do mundo natural e tudo que nele ocorre originam-se no sobrenatural. Portanto, qualquer coisa de que precisarmos aqui, temos de buscá-la, primeiro, no universo original, o mundo além; e esta busca dar-se-á por conquista mediante a fé positiva e a oração determinativa. Isso não passa de teologização do platonismo: A realidade existe no universo das idéias; aqui, no mundo fenomênico, os seres e os pensamentos são apenas projeções do real arquetipo. Em consonância com tal teologia filosófica, o homem é conclamado pelo G12 a sonhar: “Sonha, e Ganharás o Mundo”. Todos os seres humanos têm “sonhos”, e muitos. Jesus veio “despertá-los”; o que significa: o transcendente reside potencialmente no homem, está dormente, mas o Messias pode desenterrá-lo do fundo de cada ser e transformá-lo em realidade concreta. Isso nega a tese da “inteira inabilidade do homem” para realizar-se espiritualmente e faz Jesus ser apenas o “psicólogo” desenterrador de potencialidades dormentes, de capacidades ocultas(2). Sobre a relação do mundo natural com o espiritual, isto é, do terreno com o celeste, o “Manual do Encontro” afirma: “*A nossa existência no mundo físico teve seu aval no mundo espiritual*”(Pág. 13). “*Tudo o que acontece no mundo natural tem de ser conquistado primeiramente no sobrenatural*”(Pág. 62).(*Textos citados de “G12- Hist. e Avaliação, SPBC/ IPB, pág. 73*). Todos os benefícios terrenos emergem do céu mediante conquista humana. Todas as bênçãos e fatos benéficos estão depositados no além, “no mundo sobrenatural”, “pertencendo por direito” aos homens, mas somente serão liberados por meio de “requisição” “positiva” de seus herdeiros. Quem não exige, não consegue. Absurdo!

03- MALDIÇÕES.

Maldição, no sentido mais erudito e bíblico, é uma forma de impreciação maléfica, isto é, desejo verbalizado do mal contra alguém. A “terceira onda neopentecostal” trouxe no bojo a doutrina das “maldições”, que se baseia no velho conceito de que a palavra humana, especialmente a dos anátemas, das maldições, tem poder mágico de concretizar, na vida do amaldiçoado ou anatematizado, a maldição proferida. Há lendas e contos, alguns burlescos, de pessoas anatematizadas pela

Santa Sé, que foram infelicitadas pela desgraça da maldição, levando para o túmulo o opróbrio dos malditos, especialmente bruxos, judeus e protestantes.

Creemos que somente Deus, pelo seu Verbo Criador, teve e tem poder para amaldiçoar e abençoar em virtude da dinâmica operativa e imperativa de sua palavra, quer pronunciada diretamente(viva vox) quer vocalizada por um de seus profetas. As bênçãos e as maldições que aparecem nas Escrituras, portanto, procedem do eterno Revelador e não de finitos mortais. Além do mais, as maldições da Bíblia são preestabelecidas para desobediências grandes e ofensas graves(Pv 26. 2; Gn 3) ao Rei dos reis, especialmente quebra de seus mandamentos. A “palavra da maldição”, em Zacarias, é visualizada num “rolo voante”, quer dizer, de presença e ação universais. Eis como ele conclui a visão: *“Esta é a maldição que sai pela face de toda a terra, porque qualquer que furta será expulso segundo a maldição, e qualquer que jurar falsamente será expulso também segundo a mesma maldição.”*(Zc 5. 3). Maldição, neste contexto, significa “juízo da Lei. “Segundo a maldição” é o mesmo que “segundo a Lei”. A imprecação contra Deus é blasfêmia(Jó 1. 5, 11; 2. 5, 9). Entre os pagãos, todavia, o conceito de maldição envolvia homens e deuses. O caso do pedido de Balaque, rei dos moabitas, a Balaão é típico. O profeta, porém, não teve autorização divina para amaldiçoar os adversários de Balaque; antes, os abençoou(Nm 22 e 23). Os símbolos da *maldição* e da *bênção*, dois poderes judiciais de Deus, enquadrados na sua divina providência, foram os montes Ebal e Gerizim(Dt 27. 13-26). Deles os sacerdotes, com base na Lei de Javé, e nunca por conta própria, proferirão maldições e bênçãos. O curioso é que os sacerdotes da maldição eram separados dos da bênção(Cf Dt 27. 12, 13). Leiam os exemplos de maldição registrados em Dt 27. 15-26. Os montes Ebal e Gerizim, na nova dispensação, foram substituídos pelo monte Calvário, onde Deus ordenou a bênção da redenção e a da maldição na pessoa de seu Filho, que é, ao mesmo tempo, o bendito Cordeiro vicário, nosso substituto, e também o “maldito”, segundo a Lei: *“Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar, pois está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado no madeiro para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios em Jesus Cristo. a fim de que recebêssemos, pela fé, o Espírito Santo.”*(Gl 3.13,14). O regenerado, pois, é eternamente abençoado por Deus em Cristo Jesus; nenhuma maldição pesa ou pesará sobre ele.

Acreditava-se, no mundo gentílico, que uma imprecação maldosa de qualquer pessoa contra outra se autoconcretizava. Balaque pensava assim. Em parte, a doutrina “prosperista” da maldição segue o velho paganismo.

3.1- MALDIÇÃO do MAU OLHADO e da PRAGA.

3.1.a- Mau olhar. O nosso rurícola conhece os “maus olhados”, capazes de adoecer animais novos, e até matá-los; murchar plantas e impedir o “ponto” de doces, rapaduras e sabão caseiro; atrapalhar fermentação de bolos, pães e bebidas. Sabe-se hoje que há certas pessoas dotadas de força fluídica psicomagnética ou biomagnética. Tal energia pneumofísica tem recebido o nome de “telergia”: capacidade de agir positiva ou negativamente sobre seres inferiores e sobre pessoas extremamente sensíveis ou debilitadas física e psicologicamente. O domínio que certas pessoas têm e a influência que exercem sobre animais recém-nascidos e plantas tenras são inegáveis. Tais pessoas, embora seus dotes sejam naturais, são “temidas” nos meios rurais como “invejosas”, “praguejadoras”, “malfeitoras”. O “mau olhar” não se transmite por alocação ou verbalização imprecatória, mas, certamente, por irradiação cerebral. Na terra de minha infância, Córrego Rico, Muniz Freire, ES, havia uma cega de cor negra que, se estivesse

por perto, o “sabão de decoada” não dava ponto, isto é, não endurecia. Logo, pelo menos nesse caso, o poder não estava nos olhos, mas na mente ou no subconsciente.

3.1.b- Praga. A cultura popular, especialmente a sertaneja, tem mantido a tradição das “pragas” imprecatórias, especialmente as de mãe. Criança, viajava a pé e descalço com minha mãe adotiva, dona Antônia, na antiga estrada de chão, que ligava “Mata-pau”(hoje Piaçu) à Fazenda Guarani, Muniz Freire, Es, quando nos encontramos com um andarilho sisudo, andrajoso, incomunicável. Demos-lhe “Bom dia”. Ele nada respondeu, nem sequer olhou para nós, como se de fato não existíssemos. Perguntei à minha mãe: Por que ele está assim? Ela me respondeu: Ele é um “praguejado”, meu filho. O que é praguejado? indaguei. -É alguém que carrega uma praga. – Mas o que é praga? Praga é quando uma pessoa “roga um mal” contra outra. –E o que é rogar praga? -Rogar praga é pedir uma coisa ruim para os outros. – E a gente pede a quem a tal coisa ruim? – Ao Diabo ou aos espíritos do mal.– E praga tem cura? – Se não for praga de mãe, tem. Se for de mãe, ele morrerá com ela. A gente tem de evitar praga de mãe; é horrível! E minha mãe concluiu: Praga de filho não pega em mãe, mas praga de mãe pega em filho.

O trabalhador rural, místico por natureza, acredita na “maldição das pragas”, isto é, no poder que as imprecções malélicas tem sobre o praguejado ou amaldiçoado. E muitos recorriam, e ainda recorrem , aos padres, aos médiuns, e agora também aos pastores para “quebra” das maldições das pragas “pronunciadas” pelos praguejadores e pelas “mães ofendidas” contra filhos desobedientes. Ao longo da viagem, minha mãe me contou que um filho perverso bateu em sua mãe, já doente e velha. Ela então lhe rogou a seguinte praga: *Esta mão que me bateu não baterá mais em ninguém.* Na mesma hora, apareceu uma feridinha na ponta do seu dedo mínimo, crescendo rapidamente. Uma semana depois, seu braço estava todo podre, caindo aos pedaços. Ele voltou e pediu perdão à sua mãe. Ela então lhe respondeu: *como você não pode retirar as varadas que me deu, eu também não posso retirar a praga que lhe roguei.* E ele perdeu o braço. Esta estória ou lenda marcou-me tão profundamente, que jamais dela me esqueci. Somente deixei de acreditar em *pragas* quando a bênção da redenção me foi outorgada por Cristo Jesus.

A maldição, reavivada nos cultos neopentecostais, é o ressurgimento ou reavivamento, em versão evangélica, de certa maneira, do “praguejismo” popular.

3.1.c- Mais vale a sugestão que a praga em si.

Oscar Quevedo conta que uma mulher foi curada completamente por um mago do mal de oftalmia grave por meio de um “talismã” que ela passou a carregar. Confessando o pecado de recorrência à magia a um padre, seu confessor, este lhe pediu o amuleto. Abriu-o. Era um pergaminho, no qual estava escrito em latim: “ Eruat diabolus oculos tuos et repleat stercoribus loca vacantia”. A mulher ficou estarrecida, ao ouvir a tradução: **“Que o Diabo te arranque os olhos, e encha com excremento os lugares vazios”**(3). A praga ou imprecção em si, que era horrível, não atuou negativamente na mulher, posto que desconhecida por ela. Aqui, a sugestão “funcionou”. A maldição, não. Embora o “prosperismo” afirme haver maldição oculta, desconhecida pelo “maldito”, no caso citado, pelo menos, o “oculto” não teve eficácia exatamente por ser “desconhecido”. Por outro lado, a chamada “quebra de maldição” tem de ser verbalizada em voz alta, gritada mesmo, para exercer eficácia; o que prova o sugestionismo implicado. A “sugestão” pode “promover” a bênção ou “fabricar” a maldição, pode curar ou matar.

Um consciente bloqueado com um subconsciente estimulado ou sugestionado pode, quando muito pressionado, “criar” o “problema” a ser “resolvido”. Sugerindo, sob tensão emocional, especialmente de caráter religioso, que o mal de determinada pessoa é uma “maldição” arraigada em seu ser, que precisa ser “descoberta” para que se lhe efetive

a quebra, o subconsciente, depois de insistentemente instado, poderá “tentar” solucionar o caso, “gerando” psiquicamente o fato amaldiçoante, uma suposta imprecisão paterna ou de seus ancestrais. Então, vem o “comando de quebra”, e a “paz” volta a reinar tanto quanto a “consciência” de “limpeza”. O jogo psíquico, em virtude da complexidade do ser humano é muito perigoso, podendo gerar e transmitir falsos conceitos de “purificação” espiritual.

3.2- MALDIÇÃO E DEMONIZAÇÃO.

No arminianismo antigo o homem era inteiramente responsável pela sua perdição e, portanto, autor e agente livre e consciente de todos os seus pecados: conceito que menosprezava o pecado original; sendo, deste modo, o ser humano visto como demônio de si mesmo e da sociedade. Quanto à salvação, estabelecia-se a corresponsabilidade: Deus oferecia a graça redidora em Cristo e o homem ficaria com a opção de aceitar ou rejeitar. E, mesmo depois de salvo, poderia desfazer-se do compromisso da aceitação, optando pela perdição. Em última análise, era o homem que decidia sobre o seu final destino eterno.

No neopentecostalismo, o de “terceira onda”, a soberania de Deus é esquecida e o Diabo passou a ser o “autor” de todos os pecados atuais e de todos os males: os físicos, os morais, os sociais e os espirituais. Isenta-se, portanto, o homem de culpa, pois tudo se atribui ao maligno: doenças, substituições, crimes, falências, misérias morais, incredulidades. O príncipe dos demônios, segundo os “prosperistas” e os “positivistas confessionais”, dividiu a missão tentadora em tarefas específicas e qualificadas e as distribuiu aos seus comandados, malignos subalternos. Assim, por exemplo, o “demônio” do adultério é um, o da AIDs, outro. Cada mal, físico ou moral, possui o seu “capeta”. Expulsando-o, elimina-se a fonte e, conseqüentemente, liquida os seus efeitos. O Bispo Edir Macedo nos deixa a seguinte “pérola” doutrinária sobre a demonização das doenças: *“Toda doença tem uma causa, e essa causa é sempre um bacilo, um germe ou uma bactéria que provoca a destruição dos tecidos. Esse bacilo ou germe se movimenta, age, tem vida. Perguntamos: de onde vem a vida desse germe? De Deus não pode Ter sido, pois Ele não é destruidor. Para que esse germe se movimente e destrua é necessário que haja uma força dentro dele; um espírito destruidor, e não podemos identificá-lo com nenhuma outra coisa senão com um demônio”*(4). O mundo de Macedo tem dupla criação: uma de Deus, outra de Satã. Para ele, a força destruidora que age *dentro* do micróbio é o demônio. O dualismo, do tipo Persa, é fortíssimo no neopentecostalismo, com predominância do satanismo.

O “ekbalismo”(prática de expulsão de demônios) substituiu o papel do perdão, pois culpa pecaminosa pessoal não existe; o que há é “possessão” demoníaca. Deus é “usado”, não como soberano Redentor, perdoador de pecados, mas como “poder” expulsador do Diabo. Os exorcistas estão na moda, pois os demônios são causadores de tudo, inclusive da perdição eterna dos que morrem com o “Diabo no corpo”, sem gozarem a “felicidade” do exorcismo carismático.

A maldição, sendo um instrumento do Diabo, “quebrá-la” significa expulsá-lo, “libertando” o “maldito” ou oprimido. E tanto a divindade prosperista como a da malignidade devem ser surdas, pois a prece silenciosa não tem eficácia exorcista, não é “ouvida” e “atendida”. Somente a oração altamente vocalizada, aos gritos, é atendida; e então o Divino executa a ordenação “ekbalística” do exorcista. Por outro lado, o “espírito maligno” não “se deixa exorcizar” por uma ordem silenciosa, dada em espírito: atende-a, se pronunciada aos berros.

Pecado, causa; amaldiçoador, agente; Diabo, instrumento da maldição.

Para o gedozismo, toda maldição tem como causa um pecado implícito ou explícito. O Diabo é o causador direto ou instrumento de qualquer pecado. Há, porém, maldições imprecatórias, veiculadas por amaldiçoadores que, por via autoritativa, dão permissão ao Diabo para usá-las em malefício do “maldito”. Ao imprecador autoriza o demônio a danificar-lhe a vida. Se todos são pecadores, todos são “malditos”. Então, não há ninguém que não necessite de uma “sessão de quebra de maldições”, especialmente se for a do “Encontro gedozista”, eficientíssima. Cada pecado “abre uma porta de legalidade a Satanás”. Eis o que a respeito diz o G12: *“Cada nível de pecado libera uma quantidade de demônios; cada pecado atrai uma maldição”*.

“Maldição é a permissão dada ao Diabo para causar dano à vida das pessoas. Essa permissão pode ser dada por alguém que exerce autoridade sobre outrem ou por si mesma”(5).

“Quando peço, abro uma porta de legalidade para Satanás entrar em minha vida. Satanás entra com seu propósito: matar, roubar e Destruir”. “Qualquer pecado não coberto pelo sangue de Jesus é propriedade de Satanás”(6).

A “soberania do supercrente” fica estabelecida: não é Deus quem permite a Satanás a causa de dano, mas um ser humano que *“exerça autoridade sobre outrem”*. Por outro lado, o perdão divino não tem poder para “quebrar” maldição; têm-no os carismáticos neopentecostais da “terceira onda”.

As maldições, como se explicitam no ensino do G12, podem ser de duas naturezas:

a- As causadas pelos pecados, que “legalizam” a intervenção do Diabo, abre portas à sua penetração e fixação.

b- As impostas por praguejamento ou imprecção de uma “autoridade” sobre os seus inferiores ou subordinados. Aqui ficam contempladas as “pragas de mãe”. Como se vê, a importância que se dá ao Diabo é enorme, transformando-o num antideus mais poderoso que o Criador do universo e de todos os seres, Gerenciador da obra criada, Preservador de todas as coisas e Redentor dos eleitos. O “crente” prosperista, por outro lado, torna-se uma super potência espiritual, capaz de “perdoar pecados”, isto é, “quebrar maldições”, o que o Salvador não pode fazer. O gedozista, como os demais carismáticos neopentecostais, apresenta-se como poderoso “comandante” das ações divinas e controlador de Satanás. Por meio do que chamam de ministérios- o da “oração positiva e impositiva” e o da “rogação exorcista”- o gedozista é exaltado à posição de “supercrente”, dominador dos poderes espirituais tanto do bem como do mal.

3.3- MALDIÇÃO: Classificação.

3.3.a- Maldições sociais.

Maldições sociais seriam aquelas pronunciadas por pais, irmãos, parentes vivos e estranhos, ocorridas no curso da existência. Qualquer rogação maldita de natureza imprecatória é uma maldição. Por exemplo, quando a mãe diz do filho: *“Este menino é encapetado”*. O Diabo, que sempre toma a sério todas as nossas palavras, fixa a maldição no interior da criança e ela passa a ser, ao longo de toda vida, verdadeiramente “encapetada”. Se ela chinga o filho: *“Vá para o Diabo que te carregue”*; ele, imediatamente, aplica-lhe a maldição, e o “amaldiçoado” ou “praguejado” fica pertencendo ao maligno, entregue por sua própria mãe. Tal cristianismo “demonista” impera nos arraiais carismáticos e, especialmente, no do G12 de Castellanos.

3.3.b- Maldições pessoais.

Estas são auto-impredações. Quando uma pessoa diz de si mesma ou a seu respeito: *Sou um desgraçado; sou um perdido; estou hoje com o diabo no corpo* ou coisas

semelhantes; Satanás atende-o, gerando nele a maldição permanente, dominando-o completamente. Se essas “maldições” não forem “quebradas”, a pessoa está infelicitada para o resto da existência terrena e, com certeza, perderá a vida eterna. Salvar, pois, no entendimento dos neopentecostais, é “quebrar maldições”. O salvador, portanto, não é o Filho de Deus, mas o “quebrador de maldições”. Ele é o “Cristo” neopentecostal.

3.3.c- **Maldições hereditárias.**

São maldições vocalizadas pelos ancestrais que, não sendo “quebradas”, passam de pais a filhos, mantendo conseqüências danosas de geração em geração, até a Quarta(7), quando cessam, dizem, conforme o segundo mandamento. Isso me cheira espiritismo, que defende a tese antibíblica das reencarnações: os males da existência presente vêm de vidas anteriores; e os sofrimentos atuais são “pagamentos” de dívidas passadas. Tem o filho de sofrer maldição de seus antepassados? Citam, como suposta base bíblica, (Ex 20. 4-6). Esse preceito legal fala de pecado, de desobediência, não de maldição pessoal, social ou hereditária. A “maldade” da quebra dos mandamentos, especialmente o da exclusividade do culto a Deus, traz malefícios para a família inteira, mas não exclui o descendente do malfeitor da graça divina expressa na eleição, que é dom pessoal. O mal hereditário não obstacula a graça divina sobre o seu escolhido. Por outro lado, a misericórdia concedida aos fiéis, a ele e às suas gerações, não se refere à redenção pessoal, mas às bênçãos familiares e nacionais. Fazer a Palavra de Deus defender conceitos preconcebidos é arte demoníaca.

Por que o Segundo Mandamento e o Quinto possuem promessas? –Exatamente porque se vinculam à honra e à obediência: obediência e honra a Deus e aos pais. A unidade em Deus e a unidade familiar são as bases da preservação espiritual e social e, portanto, da recepção das bênçãos terrenas. O pecado, porém, é de natureza pessoal; e seu perdão, não “limpeza”, procede da misericórdia divina.

Gostam os “gedozistas” de citar Ezequiel 18. Exatamente este capítulo condena a tal “maldição”. Citemo-lo, no texto correspondente: *“Que tendes vós, vós que, acerca da terra de Israel, proferis este provérbio, dizendo: “Os pais comeram uvas verdes, e os dentes do filho é que se embotaram? Tão certo como eu vivo, diz o Senhor Deus, já jamais direis este provérbio em Israel”* (Ez 18.2,3)-(grifo nosso). *“A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará a iniquidade do pai, nem o pai, a iniquidade do filho”* (Ex 18.20). O pecado é inteiramente pessoal: “A alma que pecar, essa morrerá”; ela não morrerá pelos pecados de seus ancestrais, vivos ou mortos, mas pelos seus próprios. E o que efetivamente “quebra” a maldição” do pecado é o arrependimento do pecador e o conseqüente perdão de Deus. Cristo, na verdade, não se encarnou para “quebrar maldições”, mas para remir os pecadores mediante morte expiatória, cujos benefícios soteriológicos nos são aplicados pelo Espírito Santo. Ele, sim, foi o “maldito” da Cruz, para que seus eleitos fossem os “benditos” da graça.

04- REGENERAÇÃO INEFICAZ.

O G12 desconsidera a regeneração, ato da soberana ação de Deus no convertido, pelo qual se torna nova criatura, em que o “homem velho”, não somente fica inativo, mas completamente morto: *“E, assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas passaram; eis que tudo se fizeram novas”* (II Co 5. 17 cf Rm 6.3-10). *“Sabendo isto: que foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos mais ao pecado como escravos”* (Rm 6. 6). Comentando II Co 5. 17, a Bíblia de Genebra diz: *“A união com Cristo resume a nossa experiência de redenção. Os crentes foram feitos(Ef 1. 4,11), justificados(Rm 8.1), santificados(I Co 1.2) e glorificados(I Co 3. 3. 18) “em Cristo”. Aqui Paulo enfoca a importante*

significação da união do crente com o Salvador. Visto que Cristo é o “último Adão”, aquele em quem a humanidade é recriada(I Co 15.45; Gl 6. 16; Ef 2.10), e que inaugurou a nova era de bênçãos messiânicas(Gl 1.4 cf Mt 11. 2.6). A união espiritual dos crentes com Cristo não é menor do que a participação na “nova criação”(8) . Contradizendo o claríssimo ensino bíblico e em oposição à fé reformada, o G12, seguindo o carismatismo neopentecostal da terceira onda, ensina que o crente precisa “desenterrar”, regressivamente, do momento atual até o começo da racionalidade, todos os pecados, registrá-los numa folha de papel e, em nome de Cristo, sob a direção e “autoridade” do líder “espiritual” do G12, “queimá-los”, ficando assim “quebradas” as “maldições” correspondentes. Negam, deste modo, a realidade do novo nascimento e o conseqüente início de uma nova vida eternamente garantida por seu autor, nosso Senhor Jesus Cristo. E os que ensinam tamanha heresia denominam-se “evangélicos”, dizem firmar-se nas Escrituras, recebem credibilidade cristã de muitos presbiterianos, fazem proselitismo nos arraiais reformados.

05- REGRESSÃO.

A regressão, embora mantenha conexão com o processo de “quebra de maldição”, dele se difere em natureza e extensão:

O “**quebrador**” de maldição funciona como “advinho”, pois tem de penetrar além da vida temporal do “fiel maldito” para descobrir “as legalidades” concedidas a Satanás por seus ancestrais, que lhe permitiram fixar as maldições, não só em um, mas em todos os descendentes. Uma maldição não “quebrada” do bisavô, afeta os seus filhos, netos, bisnetos e tetranetos, “contaminando” centenas de pessoas. Pergunta-se: quebrada no tetraneto, fica quebrada regressivamente até o bisavô? Se não, a tal “maldição hereditária” permanece viva e atuante em todos os demais descendentes do maldito original. Durma-se com um barulho desses.

O “**Regressista**” age como psicólogo, embora para isso, geralmente inabilitado. Sua atuação vai somente até à concepção, e visa desenterrar os traumas, os recalques, os complexos diversos. O processo catártico é denominado de “**cura interior**”, e consiste na mentalização de fases evolutivas e estimulação da lembrança de fatos passados. É mandado ao “paciente” “mentalizar” o momento da concepção, o desenvolvimento embrionário, o crescimento do feto, o primeiro choro, os primeiros movimentos na fase intra-uterina, o rompimento da bolsa, o nascimento(natural ou por cesariana), a primeira mamada, toda a primeira infância, a segunda infância, a adolescência, a juventude, e assim, sucessivamente, até o momento atual. Todas as fases, examinadas detalhadamente, esforçando-se para “descobrir” os fatos traumatizantes, deprimentes, geradores de fobias e complexos. Desenterrados os “depósitos” amaldiçoadores, o regressista, pela quebra, liberta-se deles. No curso da regressão, ao passar por lembranças mórbidas, onde o maligno localizou e mantém maldição, a reação do “regressando” é caracteristicamente denunciante. Aí se faz necessária a presença e o “ministério” do “quebrador” de maldição. Tudo isso se faz ao som de música instrumental suave, com fundo de vozes da natureza, luzes apagadas, pessoas isoladas. O ambiente é psicologicamente propício.

Terminada a sessão regressiva, cada “regressado” deve escolher um parceiro ao qual confesse tudo que “acabou de arrancar de dentro de si”. Ouvida a confissão, o “confessor” ora pelo confessante, declarando-o “curado”, isto é, “limpo” das maldições confessadas. Nesse momento, o “preletor” ou “ministro” unge com óleo os “curados”, num ambiente profundamente emotivo. Ao impor as mãos da unção, o “ungido cai”, fenômeno que se repete com todos, ou quase todos, os “encontrantes”(9).

06- BATIZANDO COM O ESPÍRITO SANTO.

O G12, durante o “Encontro”, reserva um momento para:

a- Demonstrar a necessidade de receber-se o Espírito, pois não basta ter Cristo. O crente completo é o que tem Cristo e o Espírito.

b- Mostrar as condições do crente para “merecer” e então “receber” o Espírito, pois o Paráclito desce e unge sob condições beatíficas definidas.

c- Demonstração de metodologia prática e objetiva de recepção do Espírito. Nesse ponto, o “missionário”, chamado de “preletor”, passa da instrução à ação: coloca a mão espalmada na testa do “fiel” e o empurra para trás; é a sessão do “cai - cai” ou do “tombo batizante”. Tal manipulação do Espírito demonstra algumas coisas:

01- A Terceira Pessoa da Trindade é tratada sem qualquer conexão com o Pai e o Filho: tricotomização da divindade trina.

02- O Espírito Santo é manobrado como se não fosse Deus, despido de soberania e de vontade própria.

03- O Espírito é “oferecido” pelo líder carismático aos que o G12 “limpou” por “quebra de maldições” e por “limpeza” regressiva.

04- Deus não dá o Espírito Santo aos seus eleitos regenerados pela graça, mas aos que o G12 “prepara”, aos que “merecem” recebê-lo.

07- UNÇÃO COM ÓLEO.

O ato de ungir com óleo aromatizado tinha, nos tempos veto e neotestamentários, várias aplicações, em diversos motivos: higiene, embelezamento, refrigério, luto e alegria. Deter-nos-emos, entretanto, nos dois motivos principais: *medicinal* e *religioso*.

1- Medicinal: O óleo medicinal e sua aplicação diferiam, e muito, de outras unções, tanto nos ingredientes adicionados quanto na forma de aplicação. Essa diferença fica evidenciada na língua grega, específica em suas conotações. O verbo ungir, quando se tratava de procedimento medicinal, era, sistematicamente, “*àleiphô*”. Assim ele aparece, por exemplo, em Tg 5. 14 e Mc 6. 13. Numa época de exclusiva medicação natural, a unção terapêutica com óleos especiais era amplamente utilizada. Os ungidores modernos, freqüentemente, confundem unção terapêutica com a religiosa.

2- Religiosa: A unção religiosa servia para simbolizar a dádiva do Espírito de Deus aos homens separados para funções sagradas do sacerdócio e do governo: os ungidos do Senhor. Os múnus de sacerdote e rei eram concedidos por Deus mediante o seu Espírito; e o sinal externo se fazia pela unção com óleo especialíssimo e privativo. Esse óleo servia também para ungir todos os objetos e utensílios destinados ao culto, isto é, separados do uso comum para o sagrado. A composição e aplicabilidade do óleo sagrado foram estabelecidos por Deus(Ex 30. 23- 31. Não se podia ungir com o referido óleo nenhuma pessoa que não fosse sacerdote ou exercesse função de natureza sacerdotal como o rei, por exemplo. Ressaltemos a proibição de modificar-se a sua composição e de aplicá-lo fora do determinado por Deus: “*Não se unguirá com ele o corpo do homem que não seja sacerdote, nem fareis outro semelhante, da mesma composição; é santo, e será santo para vós. Qualquer que compuser óleo igual a este, ou dele puser sobre um estranho, será eliminado do seu povo*”(Ex 30. 32, 33). Quem aplica um óleo qualquer ou se atreve desobedecer o Senhor, fabricando o óleo da unção para unir pessoas comuns, exclui-se do obediente e legítimo povo de Deus, conforme ordenação Ex 30. 33).

O verbo usado no grego para a unção sagrada é “*kriô*”(10), de onde se derivam “crisma” e “Cristo”, o Ungido. Não se deve misturar “unção medicinal” com “unção sacerdotal”.

3- Ineficiência mística: O óleo neopentecostal, geralmente “orado”, serve, segundo crêem, para “ungir com a graça do Espírito”, isto é, o elemento oleoso possui, em si mesmo, poder espiritual de “doação de bênção”, o que é atribuir ao material inerte múnus espiritual, inclusive com poder de cura divina. O animismo dos fluidos benéficos dos elementos da natureza, comum nas religiões pagãs, invadiu os arraiais carismáticos, especialmente o G12. Um reformado, por menos doutrinado que seja, não pode aceitar tamanha iconolatria.

4- Cessação: Não houve mais unção sacerdotal no Novo Testamento, pois o que era tipo cedeu lugar ao tipificado, isto é, o próprio Espírito Santo, simbolizado no derramamento de óleo, foi derramado sobre o colégio apostólico(Jo 21. 22) e sobre a Igreja (At 2. 2-4), descendo, inclusive, sobre o Filho de Deus que, a partir do batismo, passou a ser o Messias(Ungido)(Mt 3. 16, 17). Conclusão: Nem Jesus Cristo nem qualquer de seus apóstolos receberam a “unção com óleo”. Portanto, a *unção sacerdotal*, aquela que simbolizava a dádiva do Espírito, não ocorreu na nova dispensação.

5- Medicinalmente desnecessário: Hoje, com os extraordinários recursos farmacológicos, terapêuticos e cirúrgicos que Deus nos deu, não precisamos, a não ser em casos especialíssimos, da terapia do óleo medicinal. Podemos e devemos orar pelos nossos enfermos, mas não medicá-los, pois esse ministério o Criador o transferiu aos médicos, pelos quais realiza as curas, segundo os seus propósitos. Por exemplo: ungir uma pessoa com início de meningite, sem procurar o imediato socorro médico, é submetê-la ao risco de vida ou, no mínimo, de conseqüências irreversíveis. A crença não elimina a razão e a sensatez; pelo contrário, o verdadeiro crente sabe que todos os recursos medicinais disponíveis são dádivas da providência divina.

Unção Sacramental: A Igreja Católica também “reza seus óleos” para efeitos sacramentais e aplica os “óleos rezados”(santos óleos) nos sacramentos do Batismo, da Crisma, da Consagração ou Ordem e da Extrema Unção. Eis como o romanismo define a unção: *“No simbolismo bíblico e antigo, é rico de numerosos significados: o óleo é sinal de abundância e de alegria, ele purifica(unção antes e depois do banho) e amacia(unção dos atletas e dos lutadores); é sinal de cura, pois ameniza as contusões e as feridas, e faz irradiar beleza, saúde e força. Todos estes significados da unção com óleo voltam a encontrar-se na vida sacramental. A unção, antes do batismo, com óleo dos catecúmenos, significa purificação e fortalecimento; a unção dos enfermos exprime a cura e o reconforto. A unção com o santo crisma depois do batismo, na confirmação e na ordenação, é sinal de uma consagração. Pela confirmação os cristãos, isto é, os que são ungidos, participam mais intensamente da missão de Jesus e da plenitude do Espírito Santo, de que Jesus é cumulado, a fim de que toda a vida deles exale “o bom odor de Cristo”(11).*

“A unção com o santo crisma, óleo perfumado consagrado pelo Bispo, significa o dom do Espírito Santo ao novo batizado. Este tornou-se um cristão, isto é, “ungido” do Espírito Santo, incorporado ao Cristo, que é ungado sacerdote, profeta e rei”(10).

Sobre o múnus sacramental da unção dos enfermos, assim se pronuncia o romanismo: *“A graça especial do sacramento dos enfermos tem como efeitos: - a união do doente com a paixão de Cristo, para seu bem e o bem de toda a Igreja; - o reconforto, a paz e a coragem para suportar cristãmente os sofrimentos da doença ou da velhice; - o perdão dos pecados, se o doente não puder obtê-lo pelo sacramento da penitência; - restabelecimento da saúde, se isso convier à salvação espiritual; - a preparação para a passagem à vida eterna”(12).*

O neopentecostalismo segue de perto a doutrina romana da unção, tanto na extensão como na aplicação generalizada. Não há um católico sem unção com óleo, como igualmente não há “gedozista”.

A Igreja Reformada rejeita a “unção sacramental” do catolicismo, por ser uma volta ao sacerdotalismo; dispensa a “unção espiritual” do “gedozismo”, por representar retorno ao judaísmo; não aplica a “unção medicinal” ou curativa do neopentecostalismo, porque Deus estabeleceu-nos novos e mais eficientes métodos de cura física. Além do mais, tais unções carecem de indisputável consistência bíblica. Acrescenta-se à fragilidade do apoio escriturístico o fato constatável, mormente nas camadas populares, da transformação do óleo em talismã sagrado, poderoso em si mesmo, e em ícone “espiritualmente divinizado”, potencializado para diversos “mistérios”: cura, proteção do mal, veículo de bênção, mediação da graça, batismo com o Espírito Santo. Não acreditamos em poderes mágicos das coisas nem em palavras impregnadoras de potencialidades espirituais nos objetos. A nossa única regra de fé é a Escritura Sagrada.

08- O DEUS DO GEDOZISMO: LIMITADO E FALHO.

O Deus do “gedozismo”, além de limitado e condicionado aos “supercrentes”, dependendo deles para o exercício divino do perdão, da santificação, da redenção, do batismo com o Espírito Santo, da regeneração, da providência e da misericórdia; ainda é um Deus que carece de fé e necessita de perdão. No caso, por exemplo, de uma maldição divina, o “quebrador de maldições” e o próprio maldito devem “liberar perdão a Deus”(ver M. Encontro, pág. 56). A limitação divina ressalta-se de sua incapacidade de “liberar perdão” e “quebrar maldição”, o que o “líder gedozista” faz com a maior naturalidade e “eficiência”, colocando-se acima do supremo Rei segundo as Escrituras(13).

09- EPISCOPALISMO RADICAL.

O Gedozismo de Castellanos, como o de Escrivá, firma-se num episcopalismo radical. O do padre, com certa lógica, pois tem de defender a doutrina da sucessão apostólica, dos sacerdotes como representantes de Cristo na terra. O do pastor neopentecostal representa uma criação sob alegação de ter sido revelada diretamente. Pelo centralismo episcopal, o pastor “gedozista” é a causa e os efeitos da “Igreja em Células”. Observem as declarações seguintes do senhor Castellanos no seu livro, “Sonha e Ganharás o Mundo”. “*A época das assembleias e dos comitês de anciãos para dar passos importantes da Igreja, já passou na história: Estou convencido de que Deus dá a visão ao pastor e nessa medida é a ele que o Espírito Santo fala, indicando-lhe até onde deve mover-se*”(13). Valnice Milhomens, dona de um “ministério”, endossa: “*Quem deve montar o esquema dos doze é o pastor principal*”(14).

10- TEOLOGIA DA CONFISSÃO POSITIVA.

Os professantes da *confissão positiva* sustentam tese de que as palavras possuem poder criador. Por elas podemos criar fatos reais tanto na esfera física como nas áreas psicológica e espiritual. Tais fatos podem ser benéficos ou maléficos. Em decorrência da força criadora e irreversível da palavra, temos de tomar cuidado nos pronunciamentos, tanto em relação a nós mesmos como em relação aos outros. Quando “declaramos” vitória, saúde e prosperidade, certamente o “declarado” acontecerá. Por outro lado, se declararmos a doença, a derrota e a pobreza, estas coisas ocorrerão. A nossa confissão, portanto, deve ser sempre “positiva”; as nossas orações, além de positivas, precisam ser autoritativas e impositivas(15). O G12 herdou a heresia da “confissão positiva” de Essek Kenyon,

Kenneth Haggin, Kenneth Copeland, Benny Hinn, Peter Wagner e outros. Aqui no Brasil, encontrou em Valnice Milhomens sua defensora e braço direito.

A confissão positiva produziu as “declarações positivas”. O que o crente “declara”, isso acontecerá. É comum ouvir-se, até de presbiterianos: “Declare as bênçãos”; “declare alguém ou algum lugar para Jesus”. Ouvi, há tempo, uma irmã, muito “espiritual”, dizendo: “Hoje, na Reunião de Oração, vamos declarar uma bênção sobre a nossa Igreja”. Dizem, por exemplo: se você declarar seu filho para Jesus, ele, naquele momento, passa a ser realmente de Jesus. É a *redenção por declaração* mediante a “palavra positiva”. O esquema da oração positiva é:

Eu creio que Deus pode fazer.

Eu creio que ele faz.

Eu creio que vai fazer.

Eu creio que ele já fez.

Eu agradeço o que ele fez.

Já estou de posse da bênção requerida.

Os “gedozistas” positivos entendem que: assim como a palavra pode “amaldiçoar”, tem igualmente poder para “abençoar”. Então, evite “declarar maldição”; seja, porém, presto a “declarar bênçãos”, elas virão abundantemente. Palavra de neopentecostal, mormente a do gedozista, é espiritualmente autoritativa e divinamente poderosa. O crente “prosperista positivo”, declarador de bênçãos, é um semideus.

11- DIREITO, NÃO GRAÇA.

A “confissão positiva” firma-se na herética doutrina dos “direitos humanos adquiridos”. Então, para os gedozistas e similares, a salvação e todas as bênçãos, materiais e espirituais, pertencem a nós por direito eterno de filiação. Somos herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo. Nada de pedir favor a nosso Pai; temos o dever de reivindicar nossos direitos. As Escrituras não são, sustentam, a revelação da graciosa vontade de Deus para com os homens, mas documentos jurídicos de seus direitos. Deus rege a vida humana por meio de leis espirituais que devem ser compreendidas para serem requeridas. A fé é o instrumento de controle das referidas leis, que estão à disposição do homem para serem usadas. Nada o ser humano recebe por favor divino, mas por direitos legais. Kenneth Copeland em “Laws of Prosperity, 1985, páginas 18/20 diz: *“Precisamos compreender que há leis que regem cada coisa que existe. Nada se dá por acidente. Há leis do mundo espiritual e leis do mundo natural... Precisamos compreender que o mundo espiritual com suas leis são mais poderosos do que o mundo físico com suas leis. Leis espirituais geram leis físicas. O mundo e as forças físicas que o regem foram criados pelo poder da fé- uma força espiritual... é esta força da fé que ativa as leis do mundo espiritual... A mesma regra aplica-se à prosperidade da Palavra de Deus. A fé faz com que elas atuem”*(16). Ressaltemos do texto as seguintes heresias: a- “Leis espirituais geram leis físicas”. Isto quer dizer que as leis do mundo físico não foram criadas por Deus nem são por ele gerenciadas, mas mediante poder impessoal chamado “lei espiritual?”. b- “O mundo e as forças físicas que o regem foram criados pelo poder da fé, uma força espiritual...É esta força da fé que ativa as leis do mundo espiritual”. Então a criação não veio pelo poder da Palavra de Deus, mas da fé? Fé do Criador? Deus tem fé em quem e em quem? Que tipo de fé “ativa” as leis espirituais? A quem compete o “direito” de ativação das leis espirituais pelo poder da fé? Ao homem? c- O Legislador supremo, pelo que se deduz do ensino prosperista, também se submete às leis por ele criadas, tornando-se submisso a si mesmo e limitado por legislação externa preestabelecida? Nada mais confuso e mais absurdo que isso; e há quem crê em semelhantes incongruências e em tais negações da absoluta

soberania do Criador, Redentor, Governador e Preservador de tudo, especialmente dos seres humanos.

O carisma gedozista sustenta, em princípio, que: todo homem tem direito à salvação, à saúde, à prosperidade e à felicidade; é só usar o recurso da fé, e tudo o que lhe pertence ser-lhe-á entregue. Tal posição prosperista resume-se na frase, muitíssimo repetida hoje: **TOMA POSSE DA BÊNÇÃO**, ouvida, inclusive, por ministros presbiterianos.

O conceito do “direito legal” sobre quaisquer bênçãos espirituais leva à oração impositiva, reivindicativa: “Eu quero”; “Eu ordeno”; “Eu exijo”.

12- CULTO HILÁRICO E LÚDICO.

O “espaço para adoração” do “Encontro Tremendo” é “alegria só”: Coreografias, danças, gritos, palmas, glórias, vivas a Jesus, trenzinho. É o momento de maior descontração, comparativamente, em contraste com as tensões psíquicas e o condensamento(proposital) de atividades. Dizem que tal “orgia litúrgica” é carregada de espiritualidade e “gozo celeste” . O culto festivo, no entanto, não fornece clima nem para o glossolalia nem para o batismo com o Espírito. Tais “dons” acontecem sob maior concentração emocional, durante as orações programadas, mas individualmente livres.

Por tudo que se disse, um presbiteriano que freqüentar o G12 necessita de aconselhamento pastoral. Persistindo, deve ser convidado a desligar-se da Igreja.

(1)- Conforme o Livro de Anselmo Chaves: “Os Cursilhistas”, de onde extraímos os artigos de “Caminho” de Escrivá.

(2)- Estou seguindo os comentários de Roberto César Alves do Nascimento, irmão que participou do G12 e sobre ele escreveu e fez publicar na Internet [uip://orbita.starmedia.com~dynamus/estudosrc/oencontr.ntiii](http://orbita.starmedia.com~dynamus/estudosrc/oencontr.ntiii).

(3)- Quevedo- Oscar- “Curandeirismo: um Mal ou um Bem?”. Ed. Loyola, SP, 1ª Ed. “Praga Benfazeja”, pág. 41/42.

(4)- Macedo, Edir, Orixas, Caboclos e Guias- Deuses ou Demônios. Col. Reino de Deus, 1983, 5ª Ed. Universal Produções, pág. 87.

(5)- G12- História e Avaliação, página 60, SPBC, 1ª Ed, abril de 2000, Goiás, GO.

(7)- Idem, página 59.

(7)- Ver G12- História & Avaliação, página 59, citada.

(8)- Bíblia de Estudo de Genebra, Ed. .Revista e Atualizada; Soc. Bb. Do Brasil, Barueri, SP.

(9)- Roberto César, Doc. Internet, pág. 2.

(10)- Sobre os verbos “áleiphô” e “kriô), ver Dic. Intern. De Teol. Do N. Test., Ed. Nova Vida, SP, 1983, páginas 675 a 679.

(11)- Catecismo da Igreja Católica, 7ª Ed, Vozes, Loyola e Ave Maria, 1997, SP, §§ 1241, 1293, 1294, págs. 301 e 311.

(12)- Idem, § 1532, pags 362/363.

(13)- Sobre a fé de Deus, consultar “Evangelho da Prosperidade- Análise e resposta” de Alan Pieratt, pág. 84, Ed. Vida Nova, SP, 1993.

(14)- G12- Hist. E Avaliação, pag. 56.

(15)- Idem, pág. 56, in fine.

(16)- Consultar: Nicodemus, Augusto; Batalha Espiritual, pág. 61.

(17)- Citado de “O Evangelho da Prosperidade- Análise e Resposta” de ^a B. Pieratt, pág. 68, Vida Nova, SP.

Onezio Figueiredo

Gov. Valadares, junho de 2000.